

# Novo indexador da economia será reajustado com redutor

SILVIA FARIA

BRASÍLIA — A Unidade de Conta (UC), indexador oficial corrigido pelo câmbio que o Governo pretende criar até o fim do mês, terá um redutor mensal que sinalizará uma inflação descendente. A equipe econômica não trabalhará com meta de inflação zero e projetará o percentual do redutor de acordo com o resultado do ajuste fiscal, que será submetido ao Congresso. O objetivo é alcançar inflação baixa e estável ao fim de um ano, quando se acabará com a UC, eliminando a indexação da economia.

A UC será usada para corrigir contratos hoje indexados à TR, como os da casa própria; preços

e tarifas das estatais; títulos públicos e cadernetas de poupança; e preços de setores oligopolizados. Corrigindo estes preços por um índice inferior à inflação, o Governo pretende reduzir as pressões sobre os custos do setor privado e induzir à queda paulatina, mas contínua, da inflação.

Na versão preliminar do plano, a política salarial do serviço público também seria indexada à UC. Mas o protesto do líder do Governo na Câmara, Roberto Freire, contra mudanças na política exigirá alteração do plano. O ministro Fernando Henrique Cardoso já declarou que não mudará a lei salarial.

Os assessores da Fazenda estão elaborando uma forma de trocar os títulos públicos em poder de mercado, corrigidos pelo

IGP-M, por papéis reajustados pela UC. A alternativa em estudo é pactuar uma troca com as instituições financeiras, já que a equipe garante não cogitar de quebra unilateral de contratos. O objetivo é induzir à troca de todos os indexadores pela UC.

O anúncio do plano de estabilização será precedido do envio, ao Congresso, da reforma fiscal, que compreende a revisão do Orçamento para 1994 e o pacote tributário. O déficit potencial original do Orçamento, de US\$ 25 bilhões, foi reduzido para US\$ 20 bilhões. A equipe econômica planeja eliminar este déficit integralmente, cortando 3% do PIB em despesas e aumentando em 2% do PIB as receitas federais.

O corte mais pesado será das transferências voluntárias de re-

ursos da União para estados e municípios. Os Ministérios da Integração Regional e do Bem Estar Social, gestores destas transferências, continuarão existindo, mas totalmente esvaziados. O Ministério da Previdência também reduziu sua projeção de gastos com benefícios para 94, e o mesmo está sendo feito com relação à folha de salários. Já com os juros, ocorreu o contrário: a despesa orçada em US\$ 7 bilhões passou para US\$ 9 bilhões, devido à alta das taxas em alguns períodos do ano.

Fernando Henrique enviará as medidas ao Congresso depois de negociar sua aprovação com as lideranças partidárias. O presidente Itamar deverá reunir os líderes na próxima semana, para encaminhar a reforma fiscal.